

REPORTAGEM

Reforma tributária traz incertezas para a cadeia vitivinícola gaúcha

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária já mobiliza a cadeia vitivinícola, mas a falta de definição sobre alíquotas e regulamentações ainda impede uma avaliação precisa dos impactos sobre produtores, indústria e consumidores. Para Alexandre Angonezi, diretor-executivo da Cooperativa Vinícola Garibaldi, um dos principais pontos de atenção está no Imposto Seletivo, que deverá incidir sobre bebidas alcoólicas e terá reflexos diretos no preço final dos produtos.

Segundo Angonezi, a cooperativa também enfrenta dúvidas diante de um cenário em construção, questões que são relatadas por outras empresas do setor e entidades representativas. A regulamentação, o estabelecimento das alíquotas e o desenho definitivo do novo sistema tributário ainda não permitem projetar com segurança os efeitos sobre a atividade.

Entre as maiores preocupações está justamente o Imposto Seletivo (IS). Ainda não há definição sobre a alíquota que será aplicada às bebidas e sobre o funcionamento prático da cobrança. A expectativa, segundo o diretor-executivo, é de que possa haver uma escala de alíquotas conforme o teor alcoólico ou outro critério, em vez de uma cobrança única. Para o setor vitivinícola, essa definição será determinante.

Angonezi observa que o imposto deverá incidir diretamente sobre o preço de venda e compor o valor final pago pelo consumidor. Sem conhecer a alíquota, a cooperativa não consegue dimensionar o impacto. O setor também defende que vinhos e espumantes sejam considerados em suas características próprias, e não simplesmente equiparados às demais bebidas alcoólicas, destacando sua relação com o consumo alimentar e as diferenças em relação aos destilados.

Outro ponto de atenção é a

extensão da cadeia vitivinícola. A produção envolve diversos elos. Com a implantação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), essa cadeia terá de operar dentro de uma nova lógica de compensação tributária.

“A cadeia vitivinícola é longa”, destaca. Segundo ele, o sistema de compensação de tributos, denominado pagamento assistido, será igualmente longo e detalhado. A cooperativa já trabalha na preparação interna, mas ainda depende das definições da regulamentação para avançar em algumas projeções.

A possível elevação dos preços também desperta preocupação quanto à competitividade e ao consumo. Angonezi lembra que os produtos estrangeiros também estarão sujeitos ao IS, o que reduz o risco de uma diferença tributária direta em relação ao vinho nacional. Ainda assim, uma tributa-

ção elevada poderá pressionar os preços e restringir o consumo de vinhos e espumantes no mercado brasileiro.

Atualmente, o consumo per capita de vinhos e espumantes no Brasil é estimado pela cooperativa em cerca de três litros anuais. O setor trabalha para ampliar esse índice e incorporar o vinho aos hábitos de consumo dos brasileiros. O setor teme que uma tributação excessiva dificulte esse processo ao tornar o produto menos acessível.

A Garibaldi, entretanto, já se organiza para a mudança. O sistema informatizado de gestão empresarial (ERP) está adaptado para a nova realidade e a empresa mantém uma assessoria tributária contratada para acompanhar a implementação. O momento de transformação tributária ocorre paralelamente a uma fase de expansão da cooperativa. A empresa registra aumento de participação de mercado e fa-

turamento e concentra sua estratégia na agregação de valor, especialmente por meio dos espumantes. O portfólio reúne mais de 100 produtos e a cooperativa busca ampliar o reconhecimento nacional da produção.

A estratégia também modificou o perfil da matéria-prima utilizada. Ao longo de 15 anos, a cooperativa trabalhou para adequar a produção dos associados às exigências do mercado. Mais de 40% das uvas utilizadas hoje são viníferas, destinadas à elaboração de espumantes. A mudança levou a cooperativa de um modelo concentrado em commodities e vinho a granel para uma produção com maior valor agregado.

A cooperativa processa cerca de 30 milhões de quilos de uvas por safra, transformados em cerca de 24 milhões de litros. Quase toda a produção é engarrafada na própria unidade industrial, em Garibaldi. A cooperativa reúne 470 produtores associados, pequenos agricultores característicos da agricultura familiar, distribuídos por 18 municípios, além de 230 colaboradores diretos.

No mercado, comercializa seus produtos em todo o País

e mantém exportações, ainda em pequena escala, para países como Estados Unidos, Canadá, Chile e Romênia. O faturamento chegou a aproximadamente R\$ 320 milhões no ano passado e a projeção para este ano é atingir R\$ 350 milhões, crescimento de cerca de 10%.

Para Angonezi, a reforma tributária reúne, portanto, dois lados. No curto prazo, a transição exigirá atenção e adaptação, principalmente porque a cadeia terá de operar simultaneamente com os sistemas antigo e novo até a conclusão da transição, prevista para 2033. No longo prazo, porém, ele vê a possibilidade de um sistema mais simples.

A avaliação da cooperativa é de cautela diante das incertezas atuais, mas sem abandonar uma perspectiva positiva. “Temos uma visão otimista, por um lado, e preocupada, por outro”, resume o diretor-executivo. A expectativa é de que, superado o período de adaptação, a reforma possa funcionar como um facilitador diante da complexidade do sistema tributário atual.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

AUGUST TOMASI/COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI/DIVULGAÇÃO/JC



Possibilidade de uma tributação elevada preocupa, pois poderá pressionar os preços e restringir o consumo de vinhos e espumantes no mercado brasileiro